

O circuito cultural das cartilhas no primeiro governo republicano sul-rio-grandense¹

Iole Maria Faviero Trindade

Resumo

O presente trabalho contempla o estudo de cartilhas de alfabetização adotadas na Instrução Pública do Estado do Rio Grande do Sul entre 1890 e 1930. Para a análise dessas obras, tenho por referência os Estudos Culturais e o privilégio dado por esses estudos à linguagem para a produção de significados. Discuto prescrições legais do governo republicano sul-rio-grandense para a produção e circulação de livros, procurando mostrar como esses processos eram controlados por órgãos governamentais visando ao exame, à aprovação e adoção de cartilhas ou primeiros livros de leitura. Inicialmente, discuto algumas intervenções de órgãos governamentais no processo de produção de cartilhas; em seguida, apresento algumas formas de controle exercidas sobre o processo de circulação de cartilhas; por fim, analiso algumas estratégias utilizadas pelos representantes do governo para garantir a unidade de método e doutrina através do processo de produção e circulação de cartilhas, destacado também os efeitos de algumas contingências.

Palavras-chave: Cartilhas de alfabetização; Rio Grande do Sul; Primeira República.

Abstract

The present work contemplates studying teaching primers used in the Instrução Pública do Estado do Rio Grande do Sul (Public Instruction in the state of Rio Grande do Sul) between 1890 and 1930. To analyze these works, I have the Cultural Studies and the privilege given by these studies to language for meaning making as a reference. I have discussed legal prescriptions given by the republican government of Rio Grande do Sul for production and circulation of books, trying to show how these processes were controlled by government departments as to examine, approve of, and use the primers or first readers. In the beginning, I discuss some governmental interventions in the process of prime making; I provide next some ways of control upon the process of prime circulation; and finally, I analyze some strategies used by government representatives to guarantee method and doctrine unity by the process of primer production and circulation, highlighting also effects for some contingencies.

Key-words: Primers for reading and writing; Rio Grande do Sul; First Republic.

¹ Versão modificada de trabalho (apoiado pelo CNPq, processos nº 520810/98-8, 200674-00.5 e 479123/01-2) apresentado no IV Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação - O Oral, o Escrito e o Digital na História da Educação, promovido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Universidade do Vale do Rio dos Sinos, em Porto Alegre/RS, abril de 2002. O trabalho na íntegra será publicado pela Editora da Universidade de São Francisco (Edusf), em 2004, como obra integrante da Coleção Estudos Cdaph, Série Historiografia.

Introdução

De acordo com uma abordagem construcionista da linguagem, não devemos confundir o mundo material, onde pessoas e coisas existem, e as práticas simbólicas e processos através dos quais a representação, o sentido e a linguagem operam (Hall, 1997). Tal posição não implica negar a existência do mundo material, mas entender que não é o mundo material que confere significado a tudo e sim o sistema de linguagem ou qualquer sistema de linguagem que estamos usando para representá-la.

É a partir deste entendimento da linguagem que examino o circuito de produção e circulação de cartilhas e primeiros livros adotados na Instrução Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Para contextualizar as marcas da produção e circulação dessas obras didáticas, busco dar visibilidade a tal processo, ao realizar a análise das condições de sua produção em um contexto específico – o primeiro governo republicano gaúcho – e circulação durante um período determinado – entre 1890 e 1930 – através do exame de certos artefatos culturais. Ou seja: para a análise do circuito cultural das cartilhas nesse lugar e tempo históricos, vou privilegiar o exame dos seguintes documentos: decretos governamentais estaduais sobre a constituição dos órgãos responsáveis pelo exame, aprovação e adoção de cartilhas; atas das sessões desses órgãos, nomeadamente Conselho Diretor de Instrução (1890-1896), Conselho Escolar (1897-1904), Conselho de Instrução (1906-1910) e Comissão Permanente de Exame das Obras Pedagógicas (a partir de 1921); livros de registro, mapas e notas de fornecimento de livros didáticos e relatórios dos governantes sobre a instrução pública.

Johnson (1999) argumenta que existem três modelos principais de pesquisa nos Estudos Culturais: estudos baseados na produção, estudos baseados no texto e estudos baseados nas culturas vividas. O autor observa que essa divisão conforma-se às manifestações principais dos circuitos culturais: produção, circulação e consumo. Sem a intenção de me basear em um único modelo, mas fazendo uso de cada um deles no que for útil para entender, especialmente, os processos de produção e circulação das cartilhas, procuro localizar contextualmente o circuito cultural por que passaram essas obras.

Prescrições governamentais para o controle do processo de produção e circulação de cartilhas

A composição dos órgãos responsáveis pela aprovação e adoção de livros didáticos deixa marcas nas atas e pareceres feitos sobre os primeiros livros ou cartilhas.

No período imperial, o exame, aprovação e adoção das obras pedagógicas estava ao encargo do Conselho Diretor de Instrução, que, após passar por modificações na sua composição e atribuições nesse regime de governo, permanece com essa denominação até 1896, já no regime republicano, sendo substituído em 1897, pelo Conselho Escolar. De um Conselho Diretor constituído por lentes da Escola Normal e vinculado, ainda, ao regime monárquico, passaremos a um Conselho Escolar constituído de Inspectores Regionais associados a implementação de um novo regime, o republicano.

O Decreto nº 89, de 2 de fevereiro de 1897, que reorganizou a Instrução Primária do Estado do Rio Grande do Sul, determinava que o Conselho Escolar se reuniria anualmente na capital do Estado no dia 20 de dezembro, independentemente de convocação, para funcionar durante oito dias úteis consecutivos. Entre suas atribuições, consta nesse instrumento legal que o mesmo deveria discutir “a adoção do material escolar”, “aprovar livros e qualquer trabalho concernente ao ensino primário” bem como propor “a concessão de prêmios aos auctores de obras de grande merito para o ensino primário” (Decreto nº 89, art. 28).

Novo Decreto, o de nº 874, de 28 de fevereiro de 1906, reorganiza o serviço da Instrução Pública do Estado. O Conselho Escolar é, então, substituído pelo Conselho de Instrução. Este passa a ser composto somente de três membros: o Secretário do Estado dos Negócios do Interior e Exterior, o Secretário da Fazenda e o Inspetor Geral da Instrução Pública, sob a presidência do primeiro. As reuniões anuais passam a ocorrer no primeiro dia útil do mês de julho por oito dias consecutivos, podendo ser prorrogado se o serviço o exigir. Instruções sobre a forma como deveriam ser recebidos os exemplares das obras a serem examinadas pelo Conselho de Instrução estão presentes neste novo Decreto. Assim (Decreto nº 874, art. 34), “os livros e trabalhos de ensino serão submettidos á aprovação do Conselho promptos para entrarem em circulação”. Deverão ser apresentados em quatro exemplares, com indicação do preço e, pelo menos, 15 dias antes da época designada para a reunião do Conselho. “Um dos quatro exemplares ficará archivado na Secretaria da Inspeção Geral e não seria devolvido sob pretexto algum; os outros serão distribuídos pelos membros do Conselho” (art. 35).

Esse Decreto estabelecia também que o Presidente do Estado poderia determinar que o Conselho examinasse livros e trabalhos de ensino fora das condições ali especificadas. Alguns novos critérios são apresentados nesse documento legal como definidores para a escolha de livros e trabalhos concernentes ao ensino, como “o merecimento intrinseco

da obra” e, principalmente, “sua aplicabilidade ao ensino público do Estado, e no preço” (Decreto nº 874, arts. 36 e 37).

Nenhuma nova normatização sobre o exame de obras didáticas é produzida até a década de 20². Em 13 de janeiro de 1921, é expedido o Decreto de nº 2.732, instruindo sobre a atuação da Comissão Permanente para Exame das Obras Pedagógicas. A mesma ficava encarregada de “examinar e propôr as obras pedagogicas que mais se adaptarem á organização do ensino nas escolas mantidas pelo Estado” (Decreto nº 2732, art. 1º). Esta Comissão era composta por professores do curso superior da Escola Complementar, sob a presidência do respectivo diretor (art. 2º). “Em face dos pareceres apresentados, o secretário do Interior e Exterior adoptará ou não as obras propostas” (art. 3º).

O último decreto examinado neste estudo é o de nº 3898, de 4 de outubro de 1927, que expede um novo regulamento para a instrução pública. O capítulo IX trata do exame das obras pedagógicas e inclui modificações na forma como será composta e funcionará a Comissão Permanente para Exame das Obras Pedagógicas, instituída em 1921. A presidência da Comissão passa a ser do Diretor Geral de Instrução Pública, ou na falta, de quem o Secretário do Interior designar, continuando composta de professores da Escola Complementar da Capital. Mantem-se como incumbência da Comissão “examinar e propôr as obras pedagógicas”, observando que a escolha recairá sobre aquelas que “mais se adaptarem á organização do ensino nas aulas mantidas pelo Estado” (Decreto nº 3898, 1927, art. 85). O Decreto esclarece também que “excepcionalmente o Secretario do Interior poderá mandar submitter a julgamento trabalhos datylografados; não resolvendo, entretanto, a adoção dos mesmos antes de convenientemente impressos” (§ 1º) e observa que a Comissão “apresentará parecer fundamentado sobre as obras que foram apresentadas ao seu exame, e em face desse parecer, o Secretário do Interior adoptará ou não as obras propostas” (art. 86º), além de ampliar para quinze dias o período previsto para os trabalhos da Comissão.

Todo esse conjunto de regulamentações legais influíram no processo de produção e circulação das cartilhas, como poderemos constatar nas demais seções deste texto.

Visibilizando controle do processo de produção e circulação de cartilhas em atas de órgãos responsáveis por sua aprovação e adoção

²O relatório dos governantes de 1916 informa sobre a constituição de uma comissão para dar parecer sobre os livros que participaram da concorrência estabelecida em 1915 (Relatórios, 1916, p. 324) e, no relatório de 1917, há menção à pendência desse julgamento (Relatórios, 1917, p. XIV; p. 146), sendo que nos relatórios dos anos seguintes não aparece nenhuma referência a essa comissão e aos resultados de seu trabalho.

Para a análise do processo de produção e circulação de cartilhas no Estado, considerando que o funcionamento deste circuito sofria a intervenção dos trabalhos de órgãos governamentais, foram examinadas 19 atas das conferências do Conselho Diretor de Instrução (de 1890 a 1896), 77 atas das sessões do Conselho Escolar (de 1897 a 1904) e 27 atas das sessões do Conselho de Instrução (de 1906-1910), totalizando o exame de 123 atas e um período de 20 anos (1890-1910). Destaco da pauta de cada sessão especialmente aqueles assuntos que dizem respeito a escolha e adoção de cartilhas³. Sem espaço para indicar todas as cartilhas e primeiros livros que foram recebidos por esses órgãos governamentais, destacarei nesta seção apenas algumas das discussões sobre as obras que foram adotadas até a mudança de regime político, em 1890, bem como as que passaram a ser adotadas nas aulas públicas gaúchas durante toda a Primeira República.

Entre os primeiros livros examinados pelo Conselho Diretor, já no regime republicano, está o *primeiro livro de Abílio* (Atas, 1891, p. 190'), identificado nos pedidos feitos pelos/as professores/as como *Primeiro livro de leitura de Abílio*⁴ (Material, 1889). Amplamente adotado no período monárquico, este livro tem sua adoção suspensa temporariamente pelo próprio Conselho Diretor no regime republicano. Eis o parecer do Conselho Diretor:

O Sr. Diretor declarou que, tendo de chamar-se concurrencia para a arrematação do fornecimento às aulas publicas do próximo anno, convocara a presente reunião do Conselho para que esta corporação resolvesse si se devia ou não fazer alguma alteração nos livros adoptados. O Conselho foi de opinião que, temporariamente, isto é, no próximo anno não fossem contemplados os livros de leitura de Abílio (Atas, 1891, p. 190).

Cabe esclarecer que a aprovação de determinada obra didática pelo Conselho não garante a sua adoção pelo governo e nem a permanência de tal adoção, o que podemos comprovar com o primeiro livro de Abílio.

Embora o Conselho Diretor aceitasse receber livros manuscritos para análise e, de forma eventual, se manifestasse favoravelmente,

³Não tive acesso ao livro de atas das sessões da Comissão Permanente de Exame das Obras Pedagógicas, utilizando para análise de seus trabalhos informações presentes nos relatórios dos governantes e em livro de minutas da Escola Complementar.

⁴Transcrição da folha de rosto da obra examinada: PRIMEIRO LIVRO / DE / LEITURA / PARA USO DA INFANCIA BRASILEIRA / COMPOSTO PELO / Dr ABILIO CESAR BORGES / Adoptado por quase todas as províncias do império para as aulas publicas primarias. / DECIMA QUARTA EDIÇÃO REVISTA E MELHORADA / [Imagem de uma aula] / BRUXELLAS / TYPOGRAPHIA E. GUYOT / rua de Pacheco, 12. [Embora parte da capa esteja inutilizada e não conste a data de publicação na folha de rosto, consta na capa, de forma manuscrita, o ano de 1877.]

aprovando obras examinadas nessas condições, mantinha a determinação de que para as mesmas serem adotadas deveriam ser apresentadas impressas. A adoção da *Cartilha Mestra*⁵ exemplifica essa postura do Conselho. Um ano depois de sua aprovação (Atas, 1896), a obra é apresentada impressa, recebendo, então, resposta afirmativa do Conselho Diretor quanto a sua adoção.

Como os republicanos gaúchos encontraram dificuldades na implantação do governo, enfrentando uma revolução civil entre 1893-1895, a reorganização do ensino ocorreu somente no ano de 1897. A instalação do Conselho Escolar decorreu dessas novas regulamentações para a instrução. O Decreto nº 239, seguindo a regulamentação do Decreto nº 89, instituiu como método de ensino de leitura oficial o *Método João de Deus*, de autoria do poeta luso João de Deus. A *Cartilha Maternal*, torna-se, então, referência para a produção, exame e adoção de novas cartilhas para a instrução pública gaúcha. Reza o Decreto nº 239, em seu art. 5º: “As licções de leitura serão dadas á primeira secção da primeira classe elementar, na fórma do artigo anterior, em mappas muraes, pelo methodo João de Deus”.

Inicialmente, as cartilhas brasileiras, como as gaúchas *Nacional*⁶ e *Mestra*, foram vistas pelos governantes como contrafações que teriam repellido do mercado a cartilha portuguesa (Relatorio, 1902), para, após, serem vistas como aproximações, similares, chegando a receber adoção provisória, como a *Cartilha Primária*⁷, em virtude de poderem ser adquiridas pelo governo por um preço mais acessível. Vejamos dois fragmentos das atas: um que autoriza o Inspetor Geral a adotar provisoriamente quaisquer obras que julgar conveniente e outro que discute

⁵Transcrição da folha de rosto da obra examinada: ANDRADE, Samorim Gustavo de. CARTILHA MESTRA / PARA APRENDER-SE A LER COM RAPIDEZ / OU PRIMEIRO LIVRO DE LEITURA / (GENUINO METHODO JOAO DE DEUS) /POR SAMORIM GUSTAVO DE ANDRADE / Adoptada não só para as escolas publicas dos Estados do Rio / Grande do Sul, Ceará e Rio Grande do Norte, mas também para / as escolas regimentaes do exercito / 13ª EDIÇÃO CUIDADOSAMENTE REVISADA / PORTO ALEGRE / 1919 / Ficam reservados todos os direitos de propriedade.

⁶ Transcrição da folha de rosto da obra examinada: CARTILHA NACIONAL / ENSINO SIMULTÂNEO / DA / LEITURA E ESCRIPTA / por / HILARIO RIBEIRO / [Logotipo da Garnier] / LIVRARIA GARNIER / 109, RUA DO OUVIDOR, 109/ RIO DE JANEIRO / 6, RUE DES SAINTS-PÉRES, 6 / PARIS.

⁷ Não tive acesso a nenhuma obra com essa denominação. Podemos constatar, entretanto, o uso de duas denominações para a mesma obra: *Cartilha primaria por um professor* e *1º livro de leitura por um professor*. Encontrei a referência a uma outra denominação *Cartilha Maternal pelo methodo “João de Deus” por um professor* em um *Segundo livro de leitura pelo methodo “João de Deus” por um professor*(Gomes[?], s.d). Ao que parece, as três denominações eram usadas para a mesma cartilha. Cf. Trindade (2001).

a aprovação de uma cartilha adotada nessa condição e que passaria, posteriormente, pelo exame, aprovação e adoção pelo Conselho.

O Sr. Inspector Escolar declarou que, tendo o Conselho em sua ultima reunião, concedido-lhe autorização para, a titulo de experiencia, distribuir pelas escolas, adoptando provisoriamente, quaesquer livros de leitura (1° e 2°) que mais se aproximassem do Methodo João de Deus, não havia se utilizado d'essa autorização; não só por que não appareceram ditos livros: porem que o conselho si assim o entendesse, poderia ratificar a autorização á respeito. O Sr. Brandão Junior, tomando a palavra propoz que não só se ratificasse aquela autorização, quanto aos mencionados livros como a quaesquer outros que o Sr. Inspector Geral julgar de conveniencia para o ensino, apresentando-os depois ao Conselho para sobre elles elaborar parecer. Foi approvada esta proposta por todos os Srs. Presentes (Atas, 1901, p.34).

Posto em discussão o parecer sobre os livros Cartilha primaria e 2° livro em continuação da mesma, por um professor. Tomou a palavra o Sr. João Maia e, achando acceitavel a cartilha, apontou diversos erros do 2° livro, mostrando não poder ser o mesmo approved. Tomando a palavra o Sr. Toscano apresentou o seguinte substitutivo: "A commissão teve a seu cargo o estudo dos 1° e 2° livros de leitura por um professor, depois da discussão do parecer por ella elaborado e das ponderações feitas pelo Sr. Dr. Inspector Geral, a respeito, propõe como substitutivo ás conclusões do mesmo: 1° - Que seja approved o primeiro livro. 2° - Que o segundo livro, tal como se acha, não pode ser approved (Atas, 1902, p. 40°)."

As exigências do Conselho Escolar não influíram somente no processo de produção de livros, mas repercutiam também na sua circulação, como pode ser constatado a partir de determinadas decisões desse órgão quanto à adoção provisória de certas obras e à distribuição daquelas que se achavam no depósito do almoxarifado. Somam-se, assim, formas de ampliar a biblioteca escolar sem que o Estado fique exposto às exigências de autor e editor de livro único (Atas, 1903).

Em 1906 é instalado o Conselho de Instrução. O deslocamento das atividades de escolha e adoção de livros didáticos do Conselho Escolar para o de Instrução visibiliza uma maior preocupação do Governo com as questões referentes ao custo do fornecimento de livros para as escolas da instrução pública, transparecendo também discussões mais exaustivas em torno de novos aspectos de uma unidade - não mais só de método e doutrina - mas de nacionalização pelo civismo.

O trabalho que comento em relação ao Conselho de Instrução, diz respeito *a conveniencia de substituir a Cartilha* (não especificando se é a

*Cartilha Maternal*⁸ ou as similares) *pelos mappas muraes nas escolas urbanas e nos collegios elementares, estendendo-se mais tarde às escolas ruraes* (Atas, 1910, p.17').

No livro de minutas dos officios do arquivo do Instituto de Educação General Flores da Cunha, à época Escola Complementar, localizei minuta encaminhando a *Cartilha Samorim*⁹, de Samorim Gustavo de Andrade para um dos membros dessa Comissão, a professora Olga Acauan (Minutas, 1921).

No relatório dos governantes de 1929, novas recomendações em torno da adoção de cartilhas são apresentadas pela Comissão Permanente de Exame das Obras Pedagógicas, como a de adoção do primeiro livro *Queres ler?*¹⁰.

Para a aprendizagem da leitura inicial, recommenda a Comissão o 1º livro "Queres ler?", baseado na processologia dos methodos analyticos hoje universalmente adoptados.

Em seguimento ao estudo do "Queres ler?" e da "Cartilha Maternal" de João de Deus, aconselham-se os livros de leitura do profº Firmino Proença, proscrevendo-se o "Segundo livro" por um professor, até aqui adoptado.

Desde a feita material, com illustrações adequadas, papel, typo de letra, conforme aos preceitos de hygiene escolar, até escolha os

⁸Transcrição da folha de rosto da obra examinada sem autoria identificada (de capa dura): *Methodo João de Deus / Cartilha Maternal / ou / Arte de Leitura / Adoptada nas escolas publicas do Estado do Rio Grande do Sul / Nova Edição / [Logotipo da Livraria Selbach] / EDITORES / Livraria Selbach de J. R. da Fonseca & Cia. / PORTALEGRE - Rua Marechal Floriano N. 92-94. Transcrição da folha de rosto da obra examinada com autoria identificada (brochura): Método João de Deus / Cartilha Maternal / ou / Arte de Leitura / Adotada nas escolas públicas do Estado do Rio Grande do Sul / JOSÉ CARLOS FERREIRA GOMES / 96ª Edição / Ortografia Nacional / [Logotipo da Livraria Selbach] / Edição da LIVRARIA SELBACH de Selbach & Cia. / Rua Marechal Floriano nº 10 - PÔRTO ALEGRE / Oficinas Gráficas à Rua Dr. Timóteo nº 416.*

⁹Transcrição da folha de rosto da obra examinada: *Cartilha Samorim / Recreativa e Instrutiva / por / Samorim Gustavo de Andrade / Auctor da "Cartilha Mestra", premiada com medalha de prata na Exposição Nacional de 1908. / [Imagem da medalha recebida pelo autor, com as duas faces da medalha, entremeadas pela face de seu autor, de perfil] / 1ª Edição / 1921 / PORTO ALEGRE / Ficam reservados todos os direitos de propriedade.*

¹⁰ *Deixai que venham a mim as criancinhas./ JESEUS DE NAZARÉ/ Depois do pão, a educação é a primeira/ necessidade do povo./ DANTON (1798)/ Dai-me a educação completa, integral, e/ serei dono do porvir./ Dai o melhor para a educação da ju/ventude./ J. H. FIGUEIRA./ QUERES LER?/ Obra aprovada, em 1924, pela comissão de/ Exame de Obras Pedagógicas e adotada/ em inúmeros estabelecimentos de/ ensino público e particular./ 33ª (34ª) edição/ Edição da LIVRARIA SELBACH de Selbach & Cia./ Rua Marechal Floriano n.º 10 - PÔRTO ALEGRE/ Oficinas Gráficas - Rua Dr. Timóteo n.º 416.*

assumptos apropriados aos interesses da idade infantil, os livros da serie Proença satisfazem plenamente as exigências da didactica moderna (Relatorio, 1929, p. 102).

O primeiro livro *Queres ler?* passa a ocupar o primeiro lugar em duas relações de primeiros livros de leitura apresentados nesse relatório (Relatorio, 1929), visibilizando, assim, deslocamentos que estariam se iniciando no final dos anos 20 na orientação para o uso de métodos de alfabetização e cartilhas no nosso Estado.

Visibilizando o processo controle do processo de circulação das cartilhas em livros, mapas e demais documentos de órgãos responsáveis por seu fornecimento

O Serviço de Almoarifado da Instrução Pública relacionava o material encaminhado para cada aula pública do Estado de duas formas: descrevendo em livros de registro o pedido de cada aula pública e relacionando em mapas a quantidade dos livros e demais materiais fornecidos a cada exercício anual por aula pública. Os livros e mapas examinados permitem mapear quais primeiros livros ou cartilhas foram distribuídos durante sete anos, entre 1889 e 1896, ou seja, na fase de constituição e consolidação do governo republicano gaúcho.

Outros documentos analisados, são os livros de registros dos/as professores/as das aulas públicas, que, de forma similar aos mapas do almoarifado, relacionam o material existente a cada ano, o necessário e o recebido. Examinei alguns livros de registros de aulas públicas da capital, que correspondiam a inventários do material recebido, existente e distribuído pelos/as professores/as nas aulas públicas que tinham sob sua responsabilidade. Dentro de alguns desses livros de registros há notas de fornecedores com a relação dos livros e demais materiais entregues aos/às professores/as. Tais inventários, feitos pelos/as professores/as permitem mapear que cartilhas foram adotadas na instrução pública pela sua distribuição às aulas públicas em um período bastante ampliado, do final do regime monárquico ao final do regime republicano (1873-1921).

Todos esses documentos – livros de registros, mapas, notas - dão informações fragmentadas da circulação de alguns dos artefatos culturais que compuseram a vida escolar entre os anos de 1890 e 1930, dos quais destaco as cartilhas ou primeiros livros para mapear sua circulação, constatando, assim, as trocas em sua adoção no período republicano (e no final do império, já que os documentos analisados são anteriores a 1890).

Os dados dos mapas e livros de registro feitos pelo almoxarifado e professores/as mostram, com pequenas diferenças, a distribuição do *Primeiro livro do Abílio*, anteriormente à república e a predominância de distribuição da *Cartilha Nacional* nos primeiros anos da república, sendo esta predominância substituída, em seguida, pela da *Cartilha Mestra* e, posteriormente, pela própria *Cartilha Maternal* e outras contrafações, como a *Cartilha Primária de João de Deus* ou *Primeiro livro de leitura por um professor*, conforme dados retirados desses documentos (Livros, 1889-1896; Mapa, 1898-1903; Materiais, 1873-1907; Materiais, 1894-1921). Pelo que já vimos até aqui, é possível concluir que o fornecimento anual era determinado pelas trocas de adoção e adoções provisórias, alteração nos custos de algumas obras e distribuição do estoque existente no almoxarifado, determinando, assim, a distribuição de um/a e/ou outro/a dos/as primeiros livros ou cartilhas citados/as acima.

Mesmo sem estar datada, se encontra entre as páginas de um dos livros de registros examinados, a 2ª via de uma nota da Selbach & Cia do material de ensino que foi entregue à 19ª aula da capital. O dado interessante desta nota é que 50 cartilhas distribuídas para uma única aula eram *Cartilhas por João de Deus*. Possivelmente, tal registro não chegou a ser feito pela professora, podendo ser de 1916 ou posteriormente (Material, 1888-1915). Porém, a relação de livros e demais materiais solicitados mostra que, mesmo que a nota seja de 1916, ou depois, a professora já devia conhecer essa cartilha pois o registro deste pedido é de 1912.

Outro dado significativo é o de que, segunda via de uma outra nota da Selbach & Cia., descrevendo uma outra relação de livros e demais objetos recebidos pela 4ª aula mista de 2ª entrância desta Capital a 20 de junho de 1913, informa sobre a distribuição de 40 *cartilhas primárias – João de Deus* o que comprova que a Selbach era uma das casas que fornecia à época a própria *Cartilha Maternal* ou contrafações da mesma (Material, 1899-1921; 1910-1913).

Como garantir unidade de doutrina e métodos através dos processos de produção e circulação de cartilhas: custos, contingências e estratégias

A pretendida unidade de método e doutrina, defendida pelo governo republicano gaúcho, interfere na produção, circulação e consumo de cartilhas, a ponto de os governantes se empenharem em fazer desaparecer das bibliotecas escolares os livros que não satisfizessem essa

exigência (Relatório, 1896). Tal preocupação pode ser exemplificada com a discussão que o Inspetor Geral faz, no seu relatório anual de 1896, sobre a existência de cinco primeiros livros ou cartilhas aprovados/as, identificando-os/as na seguinte ordem e da seguinte forma – 1º João de Deus – Cartilha Maternal. / 2º Hilário Ribeiro – Cartilha Nacional. / 3º Abílio – Primeiro livro de leitura. / 4º Ubatuba. / 5º Samorim de Andrade – Primeiro livro. -, que, excetuando algumas afinidades existentes entre eles, se repeliriam pela profunda diversidade de doutrina e método (Relatório, 1896). Ou seja, havia a preocupação de que as obras adotadas fossem coerentes com as orientações republicanas para a instrução pública decretadas em seguida, no anos de 1897 e 1899, com a reorganização desse ensino e a aprovação de seus programas, instituindo métodos e modos de ensino e de leitura. Entretanto, os livros que deveriam ser excluídos da biblioteca escolar constavam nos contratos de fornecimento celebrados pelo governo. Aparentemente, enquanto esses contratos vigorassem, ficaria impedida a consecução da pretendida unidade (Relatório, 1898). Como esse governo julgava que a unidade de método e doutrina estaria garantida com a adoção de livros de mesmo autor para a mesma matéria buscou formas de construir essa unidade através de algumas estratégias de adaptação às contingências.

Ao mesmo tempo que o governo reconhecia a qualidade e variedade da produção de livros no nosso Estado, que, segundo o Inspetor Geral, se diferenciava da dos demais Estados da União por serem as obras adotadas, em sua maioria, de autoria e edição gaúchas, se defrontava com a questão de ter que adquiri-las mais baratas e sem perder de vista o respeito ao uso de uma mesma coleção e, conseqüentemente, de um/a mesmo/a autor/a para não ferir essa unidade. Ao que parece, o suprimento da biblioteca escolar com a aquisição suplementar de livros de um mesmo autor também favoreceria a consecução dessa unidade. Tal aquisição complementava o fornecimento proveniente dos contratos anuais como fornecedores (Relatório, 1898). Ou seja: as contingências obrigavam o governo a modificar suas estratégias, adaptando-as constantemente.

Outro exemplo dessa adaptação das estratégias governamentais a custos menores estaria na intenção de substituir as cartilhas por mapas murais na primeira seção da primeira classe, discutida nos relatórios (Relatório, 1896) e nas reuniões do Conselho (Atas, 1910, p. 17'), já que as cartilhas eram mais caras e menos duráveis e o uso dos mapas auxiliaria no emprego dos modos de ensino simultâneo e misto, próprios da chamada pedagogia moderna.

Nas décadas de 10 e 20, a discussão da unidade de método e doutrina, própria do período de consolidação do governo republicano

gaúcho, cede lugar ao privilegiamento de discussões em torno dos custos do fornecimento de livros e demais materiais de ensino e a um redirecionamento na discussão da escolha e adoção de livros, privilegiando, nessa última, menos a perspectiva metodológica e mais o conteúdo “cívico” das obras, ocupando-se também de instruir sobre isso na produção e fornecimento de livros, através da valorização da língua nacional, das datas cívicas, vultos históricos e nacionalização do ensino em áreas coloniais. Essas novas discussões, mostram a preocupação do governo com a sua reprodução no poder como governo eficiente e responsável pelo desenvolvimento econômico do Estado (Pinto, 1986).

Assim, traços de uma época podem ser localizados nas páginas das cartilhas, pois estas foram reguladas por práticas sociais de autores/as, editores/as, examinadores/as, professores/as, etc, que, por sua vez, foram influenciados/as por prescrições governamentais, valores e hábitos partilhados, que mostram a alquimia dos significados produzidos e que circularam à época. Enfim, o processo de implantação, consolidação e reprodução do regime republicano no Rio Grande do Sul pode ser visibilizado com a análise desse circuito cultural e de alguns de seus artefatos ao olharmos, hoje, para eles como produtos/produtores de um determinado contexto e aponta para a necessidade de outros estudos, que visibilizem outras vozes e outros períodos.

Referências

- HALL, Stuart (org.) *Representation*. London: Sage Publications, 1997.
- JOHNSON, Richard. O que é, afinal, Estudos Culturais? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *O que é, afinal, Estudos Culturais?* Belo Horizonte: Autêntica, 1990.
- PINTO, Celi Regina J. *Positivismo: um projeto alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM Editores, S. A., 1986.
- TRINDADE, Iole Maria Faviero. *A invenção de uma nova ordem para as cartilhas: ser maternal, nacional e mestra: queres ler?* Porto Alegre: UFRGS, 2001. 490p. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

Fontes consultadas

Cartilhas, primeiros e segundos livros de leitura

ACAUAN, Olga; SOUZA, Branca Diva Pereira de. *Queres ler?: primeiro livro*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1931.

_____. *Queres ler?: primeiro livro*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1937.

_____. *Queres ler?: primeiro livro*. Porto Alegre: Livraria Selbach, s. d.

ANDRADE, Samorim Gustavo de. *Cartilha mestra para se aprender a ler com rapidez ou primeiro livro de leitura: genuino methodo João de Deus*. Porto Alegre: s.ed., 1919.

_____. *Manuscripto Samorim: leitura e escripta*. Porto Alegre: s. ed., s. d.

_____. *Cartilha Samorim: recreativa e instructiva*. Porto Alegre: s. ed, 1921.

BORGES, Abilio Cesar. *Primeiro livro de leitura para uso da infancia brasileira*. Adoptado por quasi todas as províncias do Imperio para as aulas publicas primarias. Decima quarta

DEUS, João de. *Cartilha maternal ou arte de leitura por João de Deus*. Publicada por Candido J. A. de Madureira, Abbade de Arconzello. 1 ed. Porto: Livraria Universal de Magalhães & Moniz, 1876.

_____. *Cartilha maternal*. Lisboa: Convergência, 1977.

_____. *Cartilha maternal ou arte de leitura por João de Deus*. Lisboa: Jornal "Expresso", 1996.

_____. *Cartilha maternal*. Lisboa: Elo Publicações Artes Gráficas, 1995.

_____. *Cartilha maternal*. Lisboa: Bertrand Editora, 2000.

_____. *Cartilha maternal*. Lisboa: s.ed. s.a. [Esta edição corresponde a cartilha em tamanho grande: 42 cm x 57 cm.]

GOMES, José Carlos Ferreira [?]. *Cartilha maternal ou arte de leitura: methodo João de Deus*. Nova edição. Porto Alegre: Livreiros-Editores Selbach, s. d.

_____. *Segundo livro de leitura em continuação da Cartilha maternal pelo methodo "João de Deus" por um professor*. 20 ed. Porto Alegre: Selbach, s.a.

GOMES, José Carlos Ferreira. *Segundo livro de leitura. Método João de Deus*. 39 ed. Porto Alegre: Selbach, s.a.

_____. *Cartilha maternal ou arte da leitura*. 96 ed. Porto Alegre: Livraria Selbach, s.d.

RIBEIRO, Hilário. *Cartilha nacional: ensino simultaneo da leitura e da escripta*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, s.d.

_____. *Cartilha nacional: ensino simultaneo da leitura e da escrita*. 9 ed. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & C., 1887.

_____. *Cartilha nacional: ensino simultaneo da leitura e da escrita*. 204 ed. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves, 1919.

Legislação

DECRETO n.89, de 2 de fevereiro de 1897. In: *LEIS, actos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. 1897*. Porto Alegre: Oficinas Typogr. De Echenique Irmãos & Cia, 1907.

DECRETO n.239, de 5 de junho de 1899. In: *LEIS, actos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. 1899*. Porto Alegre: Oficinas Typographicas da Livraria Americana, 1904.

DECRETO n.874, de 28 de fevereiro de 1906. In: *LEIS, actos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. 1906*. Porto Alegre: Oficinas Typographicas D' "O Independente", 1912.

DECRETO n.2732, de 13 de janeiro de 1921. In: *LEIS, actos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. 1921*. Porto Alegre: Oficinas Graphicas d' "A Federação", 1923.

DECRETO n.3898, de 4 de outubro de 1927. In: *LEIS, actos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. 1927*. Porto Alegre: Oficinas Graphicas d' "A Federação", 1927.

Manuscritos

ATAS do Conselho Director de Instrucção Publica do Rio Grande do Sul, 1890 – 1896.

ATAS do Conselho Escolar do Estado do Rio Grande do Sul, 1896 – 1904.

ATAS do Conselho de Instrucção do Rio Grande do Sul, 1906 – 1910.

MAPA demonstrativo dos objectos recebidos pelo almoxarifado da instrução publica e distribuído ás escolas publicas, 1898-1903.

MINUTAS dos officios da Escola Complementar (Minutas 1921-1922: Instituto de Educação General Flores da Cunha)

MATERIAL fornecido às escolas públicas do Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e do Estado do Rio Grande do Sul, 1873-1907; 1888-1915; 1894-1921; 1899-1921; 1910-1913.

Relatórios

RELATORIO apresentado ao Sr. Dr. Julio Prates de Castilhos, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. João Abbott, Secretario d'Estado dos Negocios do Interior e Exterior em 31 de julho de 1896. Porto Alegre: Officinas a Vapor da Livraria Americana, 1896.

RELATORIO apresentado ao Sr. Dr. Julio Prates de Castilhos, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. João Abbott, Secretario d'Estado dos Negocios do Interior e Exterior em 30 de julho de 1898. Porto Alegre: Officinas Typographicas da Livraria do Globo, 1898.

RELATORIO apresentado ao Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. João Abbott, Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Exterior em 20 de agosto de 1902. Porto Alegre: Officinas Typographicas de Emilio Wiedemann & Filhos, 1902.

RELATORIO apresentado ao Dr. Getulio Vargas, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Oswaldo Aranha, Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Exterior, em 28 de agosto de 1929. Porto Alegre: Officinas graphicas d' "A Federação", 1929.

Iole Maria Faviero Trindade é Professora Adjunta do Departamento de Ensino e Currículo da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação, linha Estudos Culturais em Educação, Núcleo de Estudos sobre Currículo, Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Endereço para correspondência: Rua Jacipuíta, 109 – 91770-030 – Porto Alegre – RS. E-mail: iolettrin@terra.com.br

Iole Maria Faviero Trindade

Sites: www.ufrgs.br/faced/neccso/neccso.htm;
www.ufrgs.br/faced/pesquisa/pitdre/index.html e
www.ufrgs.br/faced/extensao/memoria.

Data de recebimento: 22 de agosto de 2003

Data de aprovação: 15 de outubro de 2003